



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional**

**REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N.º                      , DE 2015**  
(Da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional)

*Requer, nos termos constitucionais e regimentais, que seja encaminhado, por meio da Mesa Diretora desta Casa, pedido de informações ao Excelentíssimo Ministro de Estado da Defesa, Senhor Jacques Wagner, sobre Relatório do Tribunal de Contas da União que detectou sobrepreço na construção da Base Naval e do Estaleiro da Marinha em Itaguaí, Rio de Janeiro, nos termos em que especifica.*

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 115, I, e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados que, ouvida a Mesa, seja encaminhado requerimento de informações ao Excelentíssimo Ministro de Estado da Defesa, Senhor Jacques Wagner, acerca de Relatório elaborado pelo Tribunal de Contas da União que detectou sobrepreço na construção da Base Naval e do Estaleiro da Marinha em Itaguaí, no Rio de Janeiro, nos seguintes termos:

- Quais problemas foram detectados pelo Relatório apresentado pelo Tribunal de Contas da União, em especial no que tange ao sobrepreço, na construção da Base Naval e do Estaleiro da Marinha em Itaguaí/RJ;
- Que providências estão sendo tomadas pela Pasta no sentido de apurar e solucionar os problemas acima especificados;
- Justificativas circunstanciadas utilizadas para cada um dos aditivos contratuais observados nas obras da base naval e do estaleiro; e
- Cópias dos contratos de prestação de serviços para a execução das obras.



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional**

## **JUSTIFICAÇÃO**

O Tribunal de Contas da União detectou em auditoria, conforme divulgado pelo periódico Estado de São Paulo, de 8 de agosto último, sobrepreço de R\$ 406 milhões na construção da Base Naval e do Estaleiro da Marinha, em Itaguaí, no Rio de Janeiro.

O empreendimento integra o programa que prevê a operação, até 2025, de quatro submarinos convencionais e um de propulsão nuclear que será o primeiro a operar no Brasil. O valor do projeto teve aumento de aproximadamente 60%, desde 2008.

O problema foi detectado pelo Tribunal de Contas da União quando da análise das planilhas entregues pelo Comando da Marinha. Ao que foi veiculado, o TCU, em caráter emergencial, decidiu efetuar fiscalização conjunta com a Polícia Federal, o Ministério Público e a Receita Federal para apurar eventuais ilegalidades.

É de suma importância que tenhamos acesso às informações colhidas no curso da auditoria realizada pelo Tribunal de Contas da União e as providências que estão sendo tomadas pela Pasta da Defesa com vistas à solução dos problemas detectados em relação a essa fundamental obra, de modo que possamos assegurar a continuidade da política nacional de investimentos em tecnologia e modernização dos equipamento de defesa.

Sala das Sessões, em 19 de agosto de 2015.

Deputada **JÔ MORAES**  
Presidente



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional**